

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Trabalhos publicados</i>	5
<i>Breve currículo do autor</i>	13
<i>Nota à 30ª edição</i>	17
<i>Siglas e abreviaturas</i>	21

TÍTULO I

INTERESSE E LEGITIMAÇÃO

CAPÍTULO 1

As várias categorias de interesses

1. Interesse público e interesse privado	49
2. Interesse público primário e secundário	51
3. Interesses transindividuais e sua tutela coletiva	52
4. Interesses difusos	55
5. Interesses coletivos	57
6. Interesses individuais homogêneos	58
7. Conclusões	60

CAPÍTULO 2

Legitimação ordinária e extraordinária

1. Legitimação ordinária.....	67
2. Legitimação extraordinária.....	67
3. Conclusão	72

TÍTULO II

A AÇÃO CIVIL PÚBLICA E O MINISTÉRIO PÚBLICO

CAPÍTULO 3

Ação civil pública

1. O que é ação civil pública ou ação coletiva.....	77
2. Ações de iniciativa do Ministério Público.....	79
3. Ações fundadas na Constituição da República.....	79
4. Ações fundadas no Código Civil.....	80
5. Ações fundadas no Código de Processo Civil.....	80
6. Ações fundadas no Código de Processo Penal.....	81
7. Ações fundadas no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	82
8. Ações fundadas na legislação trabalhista.....	83
9. Ações fundadas na Lei de Registros Públicos.....	83
10. Ações fundadas na Lei de Loteamentos	83
11. Ações fundadas em leis diversas	84

CAPÍTULO 4

A atuação do Ministério Público no processo civil

1. Atuação no processo civil em geral.....	89
2. A causa e a finalidade da atuação	94

3.	A obrigatoriedade da ação civil pública.....	97
	a) O dever de agir	97
	b) O caráter vinculado da atuação	99
	c) O princípio da obrigatoriedade na Lei n. 7.347/85.....	100
	d) O princípio da discricionariedade controlada.....	100
4.	A não-propositura da ação civil pública	103
5.	A obrigação de assumir a ação	104
6.	Intervenção pela natureza da lide	104
7.	Intervenção pela qualidade da parte.....	105
8.	Vinculação ou desvinculação ao interesse	107
9.	Limites da atuação vinculada	108
10.	Natureza jurídica da intervenção pela qualidade da parte.....	110
11.	Pluralidade de membros do Ministério Público.....	110
12.	Hipóteses de intervenção protetiva	113
13.	Limites ao poder de impulso	114
14.	A defesa de interesses individuais	117
15.	A defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	118
16.	Impetração de mandado de segurança	122
17.	A jurisdição voluntária	123
18.	O Ministério Público como réu	126
19.	A falta de intervenção do Ministério Público	127
20.	O Ministério Público e a litigância de má-fé.....	130

TÍTULO III

A DEFESA DOS INTERESSES

DIFUSOS E COLETIVOS

NAS LEIS NS. 7.347/85 E 8.078/90

CAPÍTULO 5

Origens e alterações da Lei n. 7.347/85

1.	Os primeiros trabalhos.....	137
----	-----------------------------	-----

2.	Cotejo entre os projetos	138
3.	Alterações trazidas pela legislação subsequente	141
4.	Restrições ao sistema de defesa coletiva	143
5.	Litisconsórcio e compromisso de ajustamento	143
6.	O Código de Processo Civil de 2015	144
a)	Generalidades	144
b)	O papel dos precedentes	156
c)	A vedação do acesso coletivo à jurisdição	164
d)	A suspensão das ações individuais	166
e)	A disciplina da coisa julgada coletiva	174
f)	Conclusão	174

CAPÍTULO 6

Objeto da Lei n. 7.347/85

1.	Campo de incidência	177
2.	O veto imposto à Lei n. 7.347/85	180
3.	A defesa de qualquer interesse transindividual	181
4.	Causa de pedir e natureza do pedido	182
5.	A defesa do patrimônio público e da probidade administrativa	185
6.	O controle do ato administrativo	185
7.	Os princípios da eficiência e da razoabilidade	191
8.	Ação civil pública e ação direta de inconstitucionalidade	192
9.	A defesa do contribuinte e de outros interesses análogos	196
10.	Os danos morais e patrimoniais	196
11.	Direito de resposta coletivo	199
12.	Distinção entre ação civil pública, ação popular e mandado de segurança coletivo	201

CAPÍTULO 7

Proteção ao meio ambiente

1.	A proteção legal ao meio ambiente	205
2.	Conceito de meio ambiente	210
3.	A proteção às coisas, aos animais e aos vegetais	211
4.	Consciência social da preservação ambiental	213
5.	Legitimação para a ação ambiental	214

CAPÍTULO 8

Proteção ao consumidor

1. Conceito doutrinário de consumidor	219
2. Conceito legal de consumidor	221
3. Direitos do consumidor	224
4. Cláusulas abusivas	226
5. Consumidores diversos	230
6. O papel do Ministério Público	230
7. O consumidor individual	233
8. O Ministério Público e o atendimento ao público	235
9. A defesa do consumidor no campo da propaganda	236
10. O ônus da prova	238
11. Crítica sobre a defesa do consumidor	238
12. Conclusões	239

CAPÍTULO 9

Proteção ao patrimônio cultural

1. Generalidades	241
2. O patrimônio cultural	242
3. O patrimônio artístico e estético	242
4. O tombamento	243

CAPÍTULO 10

Proteção ao patrimônio público e social

1. O patrimônio público e a improbidade administrativa	245
a) Quem defende o patrimônio público	245
b) A moralidade administrativa	247
c) O papel do Tribunal de Contas	249
d) O objeto da investigação e o polo passivo	249
2. Os atos de improbidade administrativa	251
a) Os atos que importem enriquecimento ilícito	252

b) Os atos que importem lesão ao erário	253
c) Os atos que atentem contra os princípios da Administração...	253
3. A responsabilidade	254
4. A questão do prejuízo	256
5. As sanções	260
6. A competência nas ações de improbidade administrativa	265
7. A prescrição.....	267
8. O processo	269
9. O Ministério Público na defesa do patrimônio público	274
10. O patrimônio social.....	284

CAPÍTULO 11

Tombamento

1. O tombamento como forma de proteção administrativa	287
2. Outras formas especiais de proteção	289
3. Natureza jurídica do tombamento	293
4. Conclusões.....	294

CAPÍTULO 12

Tutela provisória e definitiva e as ações individuais

1. Tutelas provisórias e definitivas	297
a) Provimentos jurisdicionais possíveis	297
b) Provimento mandamental	299
c) Provimento injuntivo	301
2. Rito processual.....	301
3. Tutelas de urgência.....	302
4. Antecipação da tutela	305
5. Ações individuais e sua suspensão.....	306

CAPÍTULO 13

Ação penal para defesa de interesses transindividuais

1. Generalidades	315
a) O direito de punir.....	315

b) Tutela penal de interesses transindividuais	316
c) Prejudicialidade entre ação civil e ação penal	316
d) Prejudicialidade entre ação penal e ação civil.....	317
2. Iniciativa da ação penal.....	320
3. A ação penal privada subsidiária	320
4. Assistência ao Ministério Público	321

CAPÍTULO 14

Ações declaratórias e constitutivas

1. Ações alcançadas pela Lei n. 7.347/85.....	323
2. A norma residual de proteção a outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos	325

CAPÍTULO 15

Conexidade, continência e litispendência

1. Conexidade e continência.....	327
2. Litispendência	330
3. Unidade ou extinção de processos	334

CAPÍTULO 16

Competência

1. As regras gerais.....	337
2. As questões decorrentes das relações do trabalho.....	340
a) A competência da Justiça do Trabalho.....	340
b) O meio ambiente do trabalho	342
c) Os interesses transindividuais indiretamente ligados às relações do trabalho	347
3. A competência absoluta	349
4. A competência em matéria de interesses transindividuais.....	349
a) Interesses difusos e coletivos.....	349
b) Interesses individuais homogêneos	349
c) Os limites da competência territorial do juiz prolator	350
d) Conclusão.....	355
5. A competência em matéria de defesa do consumidor	356
a) A competência relativa.....	356
b) O domicílio dos substituídos.....	358

6.	A competência em matéria de infância e juventude	359
7.	Os danos nacionais e regionais	359
8.	O critério da prevenção	362
9.	O interesse da União e de vários Estados	363
10.	A disputa sobre direitos indígenas	369
11.	A questão do foro por prerrogativa de função	370
12.	A inexistência de juízo universal nas ações coletivas	377
13.	A competência para a liquidação e a execução	378
14.	Considerações finais	378

CAPÍTULO 17

Legitimação ativa

1.	Legitimados ativos	381
2.	Representatividade adequada	387
3.	Legitimação das associações civis, dos partidos políticos, dos sindicatos e das fundações privadas	395
	a) Legitimação das associações civis	395
	b) Legitimação dos partidos políticos	402
	c) Legitimação dos sindicatos	403
	d) Legitimação das fundações privadas	408
4.	A legitimação ativa do Ministério Público	409
5.	Legitimação concorrente	417
6.	Ampliação da legitimidade ativa	419
7.	Os cidadãos e os titulares de interesses individuais	419

CAPÍTULO 18

Litisconsórcio e assistência

1.	Generalidades	425
2.	Litisconsórcio	425
3.	Litisconsórcio ulterior e aditamento à inicial	429
4.	Ministério Público autor e fiscal	430
5.	Litisconsórcio entre Ministérios Públicos	431
6.	As várias formas de assistência	437
	a) Os colegitimados	438
	b) Os indivíduos lesados	438
	c) Os terceiros	441

CAPÍTULO 19

Legitimação passiva

1. Os legitimados passivos 443
 - a) A regra geral..... 443
 - b) A decisão de questão prejudicial incidental 443
 - c) O Ministério Público como réu..... 444
 - d) As autoridades no polo passivo..... 444
 - e) A desconsideração da personalidade jurídica..... 445
 - f) Entes sem personalidade jurídica..... 447
 - g) A intervenção de terceiros 448
 - h) A citação dos beneficiários do ato impugnado..... 448
2. A substituição processual no polo passivo..... 451
3. O Estado como legitimado passivo 455
4. A responsabilidade solidária e a responsabilidade regressiva.... 458

CAPÍTULO 20

Interesse processual

1. Interesse processual quanto ao Ministério Público..... 461
2. Os demais legitimados 463
3. A subsistência do interesse processual 465

CAPÍTULO 21

Unidade do Ministério Público

1. Princípios institucionais 467
2. As promotorias de Justiça..... 469
3. Pluralidade ou unidade de agentes no feito 470
4. Conflitos de atribuições 471
5. Litisconsórcio de Ministérios Públicos 476

CAPÍTULO 22

Desistência da ação

1. Generalidades sobre a desistência da ação civil pública 477
2. Recusa ministerial em assumir a ação 480
3. Homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público .. 481
4. Desistência pelos demais legitimados ativos..... 482

CAPÍTULO 23

Desistência pelo Ministério Público

1. Igual tratamento processual para as formas de desistência 483
2. Homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público .. 486

CAPÍTULO 24

Desistência e renúncia do recurso

1. Atos de desistência ou renúncia do recurso 489
2. Caráter excepcional dos atos 490
3. Efeitos 490
4. Desistência pelo Ministério Público 491
5. Oitiva do Conselho Superior do Ministério Público 492

CAPÍTULO 25

Transação e compromisso de ajustamento

1. Generalidades 495
 - a) A possibilidade de transigir..... 495
 - b) A criação do compromisso de ajustamento de conduta..... 499
 - c) O veto 499
 - d) As razões do veto..... 501
 - e) Conclusão 503
2. As partes no compromisso de ajustamento 504
3. Natureza jurídica 509
4. Características 512
5. Compromissos preliminares 515
6. Transações judiciais 517
7. A discordância dos interessados 518
8. Efeitos dos compromissos de ajustamento e das transações judiciais 520
9. Homologação pelo órgão colegiado competente 524
10. O cumprimento e a rescisão do compromisso de ajustamento. 526

CAPÍTULO 26

Notificações, requisições e dever de informação

1. As notificações.....	531
2. As requisições.....	533
3. As matérias sigilosas.....	535
4. A requisição de informações eleitorais e bancárias.....	539
5. Requisições à autoridade policial.....	542
6. Desatendimento à requisição.....	542
7. O particular e o acesso à informação.....	542
8. A chamada <i>Lei da Mordaca</i>	543

CAPÍTULO 27

Inquérito civil

1. Generalidades.....	549
2. Instauração, competência e objeto.....	555
3. Instrução e sigilo.....	559
4. Conclusão do inquérito civil.....	564
5. O arquivamento implícito.....	567
6. Controle do arquivamento.....	569
7. O arquivamento de outros inquéritos civis que não os da Lei n. 7.347/85.....	572
8. Recursos no inquérito civil.....	573
9. Compromisso de ajustamento.....	575
10. Audiências públicas e recomendações.....	575

CAPÍTULO 28

Tramitação do inquérito civil no colegiado competente

1. As providências prévias.....	577
2. O arrazoamento pelas associações.....	578
3. O arrazoamento pelos demais legitimados e por terceiros.....	579

- 4. A matéria regimental 580
- 5. A deliberação do colegiado 580

CAPÍTULO 29

Efeitos do arquivamento do inquérito civil

- 1. Generalidades 583
- 2. Compromisso de ajustamento 586
- 3. O arquivamento e a decadência 588

CAPÍTULO 30

Impedimento e suspeição

- 1. Distinções 591
 - a) Generalidades 591
 - b) Impedimento em sentido lato 591
 - c) Impedimentos e motivos de suspeição para fins processuais 593
- 2. Impedimento e suspeição nas ações civis públicas 594
 - a) Interesses transindividuais 594
 - b) Arquivamento do inquérito civil 596
 - c) Conversão em diligência 598
 - d) Aconselhamento às partes 599
 - e) Tomada de compromisso de ajustamento 601
- 3. Arguição do impedimento ou da suspeição 601
- 4. Incompatibilidade de acumular funções conflitantes 602

CAPÍTULO 31

Crime contra a Administração Pública

- 1. Os crimes do art. 10 da Lei n. 7.347/85 e do art. 8º, VI, da Lei n. 7.853/89 603
- 2. Crítica aos institutos 606

CAPÍTULO 32

Liminares e recursos

1.	Distinções prévias	609
2.	O mandado liminar	614
3.	A proibição de concessão de liminar	615
4.	Impugnações à decisão sobre a liminar	619
	a) Impugnação à concessão da liminar	619
	b) Impugnação à denegação da liminar	626
5.	A reconsideração da liminar	627
6.	Os recursos em geral	628

CAPÍTULO 33

Multas

1.	As multas cominatórias	633
2.	Multa liminar	635
3.	Multa imposta em tutela antecipada	635
4.	Multa imposta na sentença	636
5.	Multas administrativas e multas impostas em compromisso de ajustamento	638

CAPÍTULO 34

Fundo para reconstituir o bem lesado

1.	A reparação de interesses difusos lesados	641
2.	O fundo do art. 13 da Lei n. 7.347/85	642
3.	Os fundos semelhantes	644
4.	Fundo federal e fundos estaduais	644
5.	A participação de membros do Ministério Público	645
6.	As receitas do fundo	645
7.	As finalidades do fundo	646

CAPÍTULO 35

A reparação das lesões individuais

1. Generalidades 649
2. Perda do prazo para habilitação dos lesados 653

CAPÍTULO 36

Liquidação, cumprimento da sentença e execução

1. A liquidação da sentença 657
2. O cumprimento da sentença no processo coletivo 660
 - a) Generalidades 660
 - b) O cumprimento da sentença e a impugnação 661
 - c) A execução provisória 666
3. A execução de título extrajudicial e os embargos 666
4. Observações comuns à liquidação e ao cumprimento da sentença 667
5. A presença de mais de um tipo de interesse transindividual 670
6. A escolha do foro pelo lesado individual 670
7. O foro para a liquidação e o cumprimento da sentença 672
8. Os autos em que se deve fazer a liquidação ou o cumprimento da sentença 672
9. A questão da competência territorial do juiz 675
10. A preferência das indenizações individuais 676
11. O papel do Ministério Público 678

CAPÍTULO 37

Coisa julgada

1. A coisa julgada como fenômeno processual 681
2. Os supostos limites territoriais da coisa julgada 682
3. A coisa julgada em matéria de interesses transindividuais 686
4. Alcance das expressões *erga omnes* e *ultra partes* 689
5. A coisa julgada coletiva e as ações individuais 690

6.	Alguns exemplos de coisa julgada coletiva	693
7.	A coisa julgada coletiva segundo o resultado do processo	695
8.	Quadros sinóticos	695
9.	Apreciação conclusiva sobre a coisa julgada coletiva	697
10.	A reabertura da ação e a rescisão da coisa julgada	699
11.	A necessidade de mitigar a coisa julgada	703

CAPÍTULO 38

As custas e os demais encargos da sucumbência

1.	As custas e os encargos processuais	709
2.	Consequências processuais da sucumbência	710
3.	O Ministério Público, os honorários e a improcedência	716

CAPÍTULO 39

A prova e a avaliação dos danos

1.	Generalidades	721
2.	O ônus da prova	723
3.	As dificuldades na avaliação	727
4.	O papel da perícia	731

CAPÍTULO 40

Responsabilidade e culpa

1.	Responsabilidade com ou sem culpa	733
2.	Exclusão da responsabilidade	738
3.	O nexo causal	740
4.	A prescrição e a decadência	742
	a) Generalidades	742
	b) O meio ambiente	744
	c) O patrimônio público	745
	d) Os consumidores	747
	e) Os outros interesses transindividuais	748
	f) A suspensão da prescrição	748

CAPÍTULO 41

Responsabilidade estatal

1. O Estado como causador do dano a interesses transindividuais..... 751
2. O Estado no polo passivo da ação 752

CAPÍTULO 42

Responsabilidade dos agentes públicos

1. A responsabilidade dos agentes públicos e dos agentes políticos.. 755
2. A responsabilidade do membro do Ministério Público 757
3. A questão da responsabilidade por culpa do membro do Ministério Público 760
4. A atividade opinativa do membro do Ministério Público 763
5. A ação de responsabilidade civil 764
6. A denúncia da lide 766
7. A responsabilização de membro do Ministério Público por medida provisória 767
8. Conclusões 770

TÍTULO IV

A DEFESA

DE OUTROS INTERESSES

DIFUSOS E COLETIVO

CAPÍTULO 43

Defesa das pessoas com deficiência

1. O princípio da igualdade 773
2. A defesa da pessoa com deficiência..... 780
3. A questão terminológica 784

4. Princípios, diretrizes, objetivos e equiparação de oportunidades 785
5. A acessibilidade em geral 785
6. O mercado de trabalho 786
7. A pessoa com deficiência e o Código Civil..... 791

CAPÍTULO 44

Defesa dos investidores no mercado de valores mobiliários

1. O Ministério Público na defesa dos investidores 793
2. Limites para a atuação ministerial 795
3. A prescrição e a decadência 796

CAPÍTULO 45

Defesa da criança, do adolescente e do jovem

1. A defesa de interesses difusos e coletivos na área de proteção à infância e à juventude..... 797
2. A competência para a ação civil pública..... 800
3. Hipóteses de ações civis públicas..... 802

CAPÍTULO 46

Defesa da ordem econômica e financeira

1. Generalidades 807
2. Hipóteses de ações civis públicas..... 811

CAPÍTULO 47

Defesa da ordem urbanística

1. Generalidades 813
2. A defesa dos interesses transindividuais ligados ao urbanismo 816

CAPÍTULO 48

Defesa das pessoas idosas

1. Generalidades 819
2. A política nacional do idoso..... 821
3. O Estatuto do Idoso 824
4. O Ministério Público e as pessoas idosas 828

CAPÍTULO 49

Defesa de grupos étnicos, religiosos e das minorias

1. A democracia e seus problemas 833
2. O respeito a grupos étnicos, religiosos e minorias 836
3. A chamada *discriminação positiva* 838
4. A defesa dos interesses transindividuais ligados às minorias..... 843

CAPÍTULO 50

Defesa das mulheres

1. Generalidades 847
2. O princípio da igualdade 848
3. A defesa de interesses transindividuais 850

CAPÍTULO 51

Defesa dos contribuintes

1. Generalidades 853
2. A defesa coletiva do contribuinte 853

CAPÍTULO 52

Defesa de qualquer interesse transindividual

1. Generalidades 861
2. A vedação de tutela coletiva 863
3. A defesa de interesses difusos ou coletivos..... 867
4. A defesa de interesses individuais homogêneos 868

TÍTULO V
CONCLUSÕES

CAPÍTULO 53

Síntese dos principais pontos do trabalho..... 873

ANEXOS

LEGISLAÇÃO

1. Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985 879
2. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (CDC, arts. 81-104)... 885

RESOLUÇÃO

Resolução n. 23 do CNMP, de 17 de setembro de 2007 891

SÚMULAS

Súmulas do Conselho Superior do Ministério Público do Estado
de São Paulo..... 899

NORMAS REGIMENTAIS

Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público
do Estado de São Paulo (arts. 220-262) 927

MODELOS

1. Portaria inicial de inquérito civil	939
2. Compromisso de ajustamento	941
3. Promoção de arquivamento de inquérito civil	943
4. Petição inicial de ação civil pública (meio ambiente)	945
5. Petição inicial de ação civil pública (consumidor)	947
6. Quesitos para perícias ambientais mais comuns.....	949
<i>Bibliografia específica</i>	951
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	965